



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

CIDADES INCLUSIVAS PARA AS MULHERES O PAPEL DO CONSELHO DE ARQUITETURA
URBANISMO EM PUGNAR PELO DIREITO DAS MULHERES À CIDADE

Daniela Pareja Garcia Sarmiento (FURB - Universidade Regional de Blumenau) - daniela@terra.arq.br
Arquiteta e Urbanista, Mestre em Desenvolvimento Regional de Blumenau (FURB), Especialista em Planejamento e Gestão Urbana e Regional (FURB). Conselheira Federal do CAU/BR.

Ana Laterza (UNB - Universidade de Brasília) - ana.laterza@aluno.unb.br
Formada em Arquitetura e Urbanismo pela UnB e em Restauro e Conservação pelo Politecnico di Torino. Mestranda em Arquitetura e Urbanismo na UnB.

daniela@terra.arq.br (daniela@terra.arq.br) - daniela@terra.arq.br

CIDADES INCLUSIVAS PARA AS MULHERES

O papel do Conselho de Arquitetura Urbanismo em pugnar pelo direito das mulheres à cidade

1. INTRODUÇÃO

A urbe, em sua primeira concepção, deveria proporcionar o direito à cidade a todas as pessoas. Sob o manto da neutralidade, entretanto, o espaço urbano revela regras ocultas que correspondem a estruturas de poder que regem toda a sociedade, e a posição das mulheres dentro dessa rede consiste em pouco espaço, em condições de desigualdade. A cidade é o ambiente feito pelas pessoas e a sua percepção é complexa: a concepção de sua forma de funcionar afeta mais do que é normalmente visível em nossas atividades diárias. Em determinadas áreas urbanas, barreiras invisíveis fazem o controle real do espaço público de forma mais intensa do que as próprias barreiras físicas.

Os espaços a serem utilizados de forma segura pelas mulheres (além de idosos, crianças e pessoas com deficiência) estão bem definidos no mapa mental de quase todos os cidadãos, com lugares e horários específicos para a sua participação. Assim, podemos dizer que há diferentes mapas que definem o território da cidade. Toda mulher aprende desde a infância quais são os locais e horários em que não podem fazer uso da cidade, esses códigos são construídos e reforçados ao longo do tempo. Propõe-se um resgate sobre a origem da construção desse mapa mental, buscando entender como foram construídas as regras de uso da cidade ao longo do tempo e, com isso, desvendar as regras que definem o lugar da mulher na cidade e identificar as transformações que ocorrem nessa estrutura à medida em que as mulheres passam a ocupar os espaços públicos das cidades.

Pode-se iniciar essa discussão definindo a origem do poder patriarcal e sua influência na construção das cidades. A gênese das cidades se dá a partir da sedentarização do homem; e é nesse momento que os papéis sociais de gênero são fixados: o homem fica incumbido pela caça e defesa, pelo poder e força, e pela responsabilidade pelo domínio e proteção do território, e a mulher fica encarregada pelo cuidado da prole e o cultivo de alimentos.

O antropólogo Antônio Risério faz uma importante reflexão sobre a origem das cidades, chamando a atenção para a função que a mulher exercia, ficando fixa na aldeia, e o seu papel com o desenvolvimento da organização coletiva, ponderando que coube à mulher um papel fundamental na produção da linguagem, dos códigos e signos linguísticos. Sendo a cidade filha da linguagem, Risério explica que:

Sem esse longo período de desenvolvimento agrícola e doméstico, os excessos de alimentos e capacidade de trabalho que tornaram possível a vida urbana não teria existido. E sem a previsão e a consciente disciplina moral que a cultura neolítica introduziu em todas as fases da vida, é de se duvidar que pudesse ter emergido a cooperação social mais complexa que surgiu com a cidade(...) a casa e a aldeia, e com o tempo a própria cidade, são obras da mulher. (RISÉRIO, 2015, p. 61)

Assim, a mulher desempenhava um papel essencial na organização das aldeias primitivas. Além de cuidar das crianças e dos idosos, ela fabricava vasilhas, fazia unguentos e poções para cuidados da saúde e era responsável pelo plantio dos alimentos, como já citado.

Com o passar dos milênios, no entanto, os homens primitivos aumentaram a escala de produtividade da agricultura, inventaram o arado, complementado pela força animal, criando-se rebanhos e meios de irrigação do solo. Essas inovações contribuíram para a desvalorização do trabalho de cultivo da mulher.

Nesse momento, pode-se perceber um distanciamento de papéis entre os gêneros pois, além de ter seu trabalho suprido, a mulher passa a exercer funções menos importantes para a sobrevivência da aldeia. A contribuição feminina começa a ser desprezada o que, aliado ao predomínio masculino nos clãs, dá início ao patriarcado. (GONZAGA, 2004).

É nesse momento histórico que o homem se fixa no território, produzindo excedentes e, com o acúmulo de terras e gado, bem como a escravização de outros seres humanos surgem as primeiras cidades e, conseqüentemente, as primeiras classes de dominadores e dominados.

Assim, as mulheres são submetidas a tal relação de poder, na qual exercem papel de submissão aos homens. Isso se reforça no momento em que elas deixam de trabalhar para o coletivo e passam a atender às necessidades de apenas um homem.

Dessa forma, é possível dizer que o surgimento das cidades se dá a partir do domínio do patriarcado, entendido como "o governo do pai". O termo é usado em um sentido mais amplo que pode caracterizar a autoridade imposta institucionalmente do homem sobre a mulher e filhos no ambiente familiar, que permeia toda a organização da sociedade, da produção ao consumo, da política à legislação e à cultura.

Risério revela ainda que, ao longo de vários períodos históricos, o desenho das cidades foi uma tarefa desenvolvida pelos homens, ou seja: as mulheres nunca tiveram o direito de participar na definição e construção da urbe.

Gonzaga relata que elas estiveram presentes na construção dos espaços edificados, porém permaneceram invisíveis com as atividades e funções que desempenhavam, não usufruindo das cidades e sendo restringidas ao ambiente doméstico.

Entende-se que a invisibilidade não diminuiu o papel histórico da mulher no processo de formação da civilização humana. Destaca-se também que, "segundo as feministas, a luta da mulher por sua libertação e autonomia já dura milênios, e ela vem transformando decisivamente o modo de pensar da humanidade." (GONZAGA, 2014, p. 85)

A construção dos gêneros se articula de acordo com as hierarquias que a estrutura patriarcal traz consigo, e os papéis de gênero são uma definição sociocultural sobre aquilo que é apropriado para cada um deles. A cada papel corresponde um espaço: o da casa ou da cidade (MONTANER e MUXI, 2014, p. 197). Nesse contexto, tem-se consolidado que ao longo da história ocidental, até

meados do século XX, no espaço das cidades, a rua é de domínio masculino e a casa, o interior, de poderio das mulheres, esse ainda com certas restrições.

A redução do espaço feminino na cidade, limitando-se ao espaço privado, é um dos fatores que explica o maior domínio feminino sobre fatores domésticos. Essa questão, somada à habilidade de cuidado com a proteção primária, o conforto e a segurança alimentar da família, são os atributos que fazem das mulheres as principais responsáveis pelas invenções da domesticidade moderna. Entretanto, a condição da mulher confinada ao ambiente doméstico é uma construção sociocultural que desencadeou estereótipos femininos, como o papel de procriação, a vivência restrita ao núcleo familiar, e a submissão ao poder do homem público e provedor. Estes fatos restringiram o potencial de transformação social do grupo feminino, limitando a mulher a atividades de cunho reprodutivo.

O homem, ao utilizar o espaço público, desenvolve habilidades políticas e culturais e a sua vivência determina os cânones para o usufruto das cidades. Dessa forma, pode-se dizer que os mapas mentais de exclusão e submissão de gênero, desenvolvidos sutilmente em nossos vieses inconscientes, foram desenhados pelo homem ao longo da história.

2.1 OS PAPÉIS E ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DAS MULHERES A PARTIR DO SÉCULO XIX.

O século XIX pode ser reconhecido pelo ideal de modernidade, assim como por redesenhar as experiências femininas. Foi nessa época que se popularizou o ideal da mulher restrita à esfera doméstica e se potencializou a segregação sexual nos espaços públicos e privados, reforçando a condição de inferioridade feminina, negando a elas autonomia e limitando seus direitos. Por outro lado, segundo Pinsky, o período “ampliou possibilidades e, entre outras coisas, viu florescer o feminismo e a ação das mulheres em diversos movimentos sociais.” (PINSKY, C. B. e PEDRO, J., 2014, p. 267).

É nesse período que as mulheres se deslocam e saem do campo para as cidades, atraídas pelas oportunidades de emprego. Nesse movimento, os espaços exprimem as relações de poder e segregam os gêneros nas cidades. Há a percepção de esferas que excluem as mulheres, e outras que são destinadas somente a elas, como é o exemplo das Casas de chá e dos grandes Magazines de Igrejas. “As mulheres de classe média mais populares circulavam mais livremente, encontravam-se na rua, nos mercados e nas lavanderias.” (PERROT e BRESCIANI, 1988, p. 38)

Em seu estudo sobre as mulheres burguesas no norte da França no século XIX, Perrot e Brescianni ressaltam a contradição da mulher dona de casa, insignificante, negligenciada, administradora de família, que vive no centro do espaço urbano. (PERROT e BRESCIANI, 1988).

Trata-se de um discurso naturalista que define duas espécies com qualidade e característica particulares, dando ao homem o cérebro, a

inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão e às mulheres o coração, a sensibilidade e os sentimentos.

O século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem uma função, tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seus lugares quase predeterminados, até em detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. “Ao homem, a madeira e os metais, às mulheres a família e os tecidos” declara um delegado operário da exposição mundial de 1867. (Perrot e Bresciani, 1988, p. 178)

Com essa citação, entende-se que a estrutura política dominante é fator determinante na construção desses papéis, pois distingue a Produção, a Reprodução e o Consumo. Perrot e Bresciani destacam, assim, a relação da constituição do espaço privado familiar como sendo predominantemente feminino, levantando uma questão interessante ao afirmar que:

Primeiramente, nem todo o público é o político, nem todo público é masculino, a presença das mulheres, tão forte na rua do século XVIII, persiste na cidade do século XIX, onde elas mantêm circulações do passado, cercam espaços mistos, constituem espaços próprios. Por outro lado, nem todo o privado é feminino. Na família o poder principal continua a ser o do pai, de direito e de fato. (PERROT e BRESCIANI, 1988, pg.180)

Nesse contexto, entende-se que os autores abordam o fenômeno que foram as Casas de Chás, espaços de alimentação e socialização, e os grandes Magazines, locais de consumo frenético, que alimentavam o imaginário da cidade sexualizada e que eram frequentados por costureiras, operárias e mulheres da sociedade ávidas por novidade. Os homens socializavam em ambientes para esporte, política e jogos. Nesses locais, considerados masculinos e de prática política, as mulheres não eram bem vistas.

Para as mulheres menos abastadas, as lavanderias eram o principal local público de socialização, mas também uma alternativa de trabalho. Esses ambientes não tinham caráter político. Neles, discutia-se apenas assuntos do cotidiano. Em meados do século XX, com a chegada das máquinas de lavar e a transferência das lavanderias para o interior das casas, a partir da rede privada de distribuição de água, esses locais desapareceram do cenário urbano.

Alguns códigos de urbanidade ditavam as condutas das mulheres nas cidades. As mulheres humildes circulavam com maior liberdade pelas ruas. Considerando a péssima qualidade das casas populares, elas costumavam passar mais tempo fora de casa, exercendo o seu trabalho, indo ao mercado e às lavanderias. O hábito de ficar fora de casa, no degrau da porta ou próximo aos vizinhos, era característico das mulheres populares. Assim, devido à sua facilidade de contato com a urbe, esse grupo acabava tendo mais acesso aos espaços públicos.

As mulheres mais abastadas, por outro lado, tinham de cumprir a conduta de moças "decentes", na qual era somente permitido circular e frequentar locais apropriados, usando roupas adequadas. Para esse grupo, o limite era ver a

cidade do interior de suas janelas, através das cortinas, que preservavam a intimidade e possibilitavam um contato visual discreto com o espaço público.

Em um contraponto com o Brasil do século XIX, período em que o país começa a sofrer transformações importantes no convívio social, principalmente com a consolidação do capitalismo e a ascensão da burguesia, sendo esses os fatores que influenciaram diretamente as mudanças do espaço urbano da época. As cidades desorganizadas, onde o setor público e privado se misturavam, eram palcos de espaços caóticos e insalubres, não havendo separação entre a Casa e a Rua. “Com a aquisição de seu novo status de lugar público, a rua passou a ser vista em oposição ao espaço privado - a casa. Visto que a cidade tinha se transformado num lugar de interesse público, em que todas as antigas formas de uso foram banidas ou ajustadas à nova ordem (...)” (PINSKY & DEL PRIORE, 1997, p. 226).

Por séculos, a reprodução de seres humanos foi um processo coletivo. Era um trabalho de famílias estendidas e comunidades com as quais as pessoas podiam contar, especialmente em bairros proletários, e mesmo quando essas pessoas viviam sozinhas – assim a velhice não viria acompanhada da solidão e da dependência desoladoras nas quais muitos idosos vivem hoje em dia. É somente com o advento do capitalismo que essa reprodução passa a ser completamente privatizada (...). (FEDERICI, 2019, p. 378)

Assim, as cidades favoreciam a internalização da vida doméstica e as mulheres burguesas absorviam ainda mais o papel social de cuidadoras do lar, boas esposas e mães educadoras. Esse processo de privatização da família teve como consequência o julgamento constante das atitudes da mulher por parte de seu ciclo social mais íntimo.

(...) A mulher submetia-se à avaliação e opinião dos “outros”. A mulher de elite passou a marcar presença em cafés, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social. (...). Não só o marido ou o pai vigiavam seus passos, sua conduta era também submetida aos olhares atentos da sociedade. Essas mulheres tiveram que aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada. (PINSKY & DEL PRIORE, 1997, p 228).

Se, por um lado, as mulheres mais privilegiadas sofriam pressão social para um comportamento “perfeito” condutor a uma vida impecável, por outro, as mulheres pobres eram pressionadas a adotarem a nova conduta do modo de vida burguês.

A organização familiar dos populares assumia uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós. Isso se devia não apenas às dificuldades econômicas, mas igualmente às normas e valores diversos, próprios da cultura popular. (PINSKY & DEL PRIORE, 1997, p 364).

Após a instauração dessa nova conduta urbana, as mulheres populares foram muito prejudicadas e tiveram o seu modo de vida oprimido e desprezado. A rua passou a ser caracterizada como um espaço de desvio, no qual era necessário “vigiar” e “cuidar” das mulheres que ali circulavam. As mulheres que transitavam sem supervisão, ou mesmo desacompanhadas, eram tidas como “não respeitáveis”. “Essa exigência afigurava-se impossível de ser cumprida pelas mulheres pobres que precisavam trabalhar e que para isso deviam sair às

ruas à procura de possibilidades de sobrevivência”. (PINSKY & DEL PRIORE, 1997, p 365). Assim, o período pré-industrial suscitou transformações significativas na história das mulheres. Com o desenvolvimento do capitalismo e o crescimento econômico, o fomento da industrialização transformou a economia e o padrão da vida das populações, permitindo, a partir do século XVIII, que as mulheres também ingressassem nos espaços laborais.

No âmbito da gestão doméstica, as mulheres passaram a acumular as responsabilidades produtivas e econômicas da família. Assumindo uma dupla jornada de trabalho, elas passaram a dividir o tempo entre o cuidado da família e as atividades remuneradas externas.

Ao mesmo tempo, essa fase é marcada por profundas mudanças de comportamento. Com os avanços democráticos e científicos, novas oportunidades de trabalho surgiram, ampliou-se a visão tradicional do papel feminino, e a oposição entre o feminino e masculino fortaleceu novos códigos e leis, como na área da medicina, filosofia, na arte e nos costumes. Pinsky deixa claro em seu texto que o acesso a postos de trabalho foi fundamental para a emancipação das mulheres, sendo um fator relevante para mudanças na forma como elas passaram a utilizar os espaços públicos da cidade, saindo do âmbito doméstico e ocupando locais que anteriormente eram utilizados prioritariamente pelos homens.

Muitas mulheres seguiram com a escolha de serem mães responsáveis pela família. Porém, houve nesse período uma ampliação dos espaços de atuação das mulheres e assim, algumas delas buscaram ultrapassar as convenções, dedicando-se a atuar no campo das artes, da literatura e filantropia. Ao se dedicarem à beneficência, estando em contato com a miséria, muitas rebelaram-se diante das injustiças sociais. Esse engajamento no campo social, permitindo alçar novos voos, serviu de base para o início da consciência de gênero e para o avanço das pautas defendidas pelo feminismo.

Os papéis de "anjo do lar" ou intelectual, no entanto, não cabiam às mulheres do povo, em especial as camponesas e trabalhadoras. “As donas de casa das classes populares, quando não podiam se dedicar a um trabalho fixo, esforçavam-se para melhorar o orçamento doméstico, atuando em serviços eventuais que lhe rendiam alguns trocados” (PINSKY, C. B., & PEDRO, J. 2014. p. 279).

No começo do período Industrial, muitas mulheres tinham de trabalhar por longas horas em condições precárias. Essa situação provocou escândalos e protestos, forçando os governantes a controlar as horas de trabalho, proporcionando maior qualidade nos locais de trabalho. Essas leis, contudo, não atendiam as mulheres que trabalhavam em casa e, portanto, permaneciam expostas à exploração.

É a partir do final do século XVIII que se tem a origem do movimento feminista. Embora as ideias do feminismo estejam presentes em vários momentos da história, é nesse período que a busca das mulheres por melhores condições de vida, pela defesa de direitos à educação e à influência política, fortaleceu a diversificação dos canais de participação desse grupo, propondo ideais heterogêneos.

A primeira fase do feminismo tem como base as questões individuais e de educação. As mulheres passam a lutar por direitos políticos e sociais, exigindo do Estado melhorias para suas vidas, mudanças nas relações sociais, a ampliação da participação na sociedade, e melhoria nas questões econômicas e de relações de trabalho.

O movimento de mulheres enfrentou muita hostilidade - quase sempre eram minorias - e o fato de terem seguido contra os preceitos da época fez de suas conquistas fatos relevantes. Com persistência, a circulação das ideias feministas aumenta no final do século XIX e início do século XX, ampliando seu entendimento e atravessando fronteiras através de publicações, revistas, manifestos, criação de associações, atuação em sindicatos, encontros nacionais e internacionais e também, com maior circulação das mulheres pelo mundo, como viajantes, imigrantes e exiladas políticas.

Diversos grupos mobilizaram-se através dos preceitos feministas, conquistas que também ajudaram a modificar o espaço urbano. Professoras marcharam ao lado de trabalhadoras, lutando pela redução da jornada de trabalho, exigindo do governo a providência para falta de água potável e melhores condições de higiene nos bairros e escolas. Assim, avanços significativos ocorreram no ambiente urbano. Nos países desenvolvidos, era crescente o número de mulheres pobres que passava a viver em habitações mais confortáveis, em cidades mais limpas e com melhor infraestrutura.

A condição de vida estava melhor, a mortalidade infantil diminuiu, juntamente com o trabalho infantil, o tamanho das famílias começa a decrescer, e em muitos países ocorre a regulamentação da obrigatoriedade da frequência escolar das crianças. Há mudanças significativas em curso, como por exemplo, o desenvolvimento da indústria pesada que prioriza o trabalho masculino, e o incremento do setor terciário e tecnológico que transforma o caráter do trabalho feminino. Nesse contexto, o século XX poderia ser chamado como o século das mulheres.

O movimento feminista teve no século XX muitas de suas reivindicações atingidas, mas não se pode considerar que esse período tenha oferecido condições plenas de cidadania para as mulheres. A busca pela ampliação de direitos continuou em pauta, porém as conquistas estavam em constante ameaça com a possível retomada dos antigos estereótipos, que reduzem o espaço da mulher à condição privada, oferecendo risco às vitórias alcançadas.

A Primeira Guerra Mundial pode ser considerada um divisor de águas na luta pelos direitos políticos das mulheres. Por um lado, as organizações feministas interrompem suas lutas, pois comprometem-se com a mobilização na guerra. A convocação da mão de obra feminina para substituir a masculina nas indústrias, por outro lado, principalmente na confecção de armamentos, coloca por terra os argumentos centrados na natureza da domesticidade e maternidade como únicas virtudes das mulheres. Assim, logo após a Primeira Guerra, vários países concedem o direito ao voto a esse grupo, sendo essa uma conquista de longos anos do movimento pelo sufrágio universal.

Na Segunda Guerra Mundial, novamente a força feminina é chamada a participar de inúmeras atividades produtivas. É a partir dessa fase de combate e reconstrução que as mulheres passam a participar do universo acadêmico, um

feito histórico, principalmente nos cursos de ciências humanas e literatura, com raras representações em escolas de medicina e engenharia.

Com a crise de 1930, a prioridade passa a ser a empregabilidade dos homens, pois ainda se tinha a ideia de que o trabalho remunerado para o grupo masculino significava sobrevivência e, para as mulheres, uma espécie de complemento social. O alcance da mulher à cidade se dá, portanto, em paralelo ao seu alcance ao emprego.

A ascensão das atividades profissionais das mulheres é um momento significativo, um marco na democracia ocidental contemporânea. A jornada de trabalho das mulheres aumenta, conforme acontece a evolução da entrada desse grupo no mercado de trabalho, uma vez que ela sobrepõe às tarefas reprodutivas, acumulando, assim, dupla e tripla jornada de trabalho.

(...) a reprodução dos seres humanos é o trabalho mais intenso da terra e quase totalmente irredutível à mecanização. Não é possível mecanizar o cuidado com crianças, com doentes ou o trabalho psicológico necessário para recuperar nosso balanço físico e emocional. (FEDERICI, 2019, p. 378)

Pode-se considerar que nos últimos trinta anos, se inicia um novo ciclo histórico na emancipação da mulher, que avançou no mercado de trabalho. (Lipovetsky, 2000). Esse avanço modifica não só a relação das mulheres com suas famílias, mas também o trabalho, os estudos, a relação com seu próprio corpo, fortalecendo sua nova identidade.

Isso não quer dizer que as mulheres não trabalhavam em outros períodos da história, a relação com o trabalho sempre existiu, tanto na cidade como no campo. Contudo, o que muda é o acesso aos direitos e cidadania, ao salário e à possibilidade de almejar maior independência, o que não era permitido em outros períodos históricos. A rejeição social ao trabalho feminino, fortalecendo a ideia de que o homem é produtivo e a mulher a reprodutora restrita ao espaço doméstico, confere ao modelo patriarcal, uma tradição social e moral que normatiza a situação da mulher do lar.

A mulher do lar moderna é definida por Lipovetsky seguindo a doutrina das “esferas separadas”: trabalho e família são ambientes antagônicos. O homem é destinado à esfera profissional e a mulher à “*home sweet home*”. Esse modelo inicialmente era uma condição ideal para famílias burguesas, influenciando outras camadas sociais.

Entre a Segunda Guerra e o início dos anos cinquenta, o conceito da liberdade feminina altera-se de forma significativa. Os Estados Unidos iniciam o discurso da modernidade com a afirmação de costumes ainda mais tradicionais. O papel doméstico da mulher fomenta-se a partir de um conjunto de equipamentos para repaginar essa nova mulher do lar moderno, agora, equipada, e muito mais eficiente e devota ao “modelito” patriarcal.

Além das novidades que traziam mais conforto, outro fenômeno que avança com a modernidade é o acesso aos produtos de beleza, que prometem a melhoria na qualidade estética do corpo, pressionando as mulheres a estarem sempre bonitas de acordo com os padrões de beleza impostos. Essa condição, em pleno século XX, limita as mulheres à esfera privada. “Esse ideal da dona de

casa contribuiu para confinar as mulheres no espaço fechado da família, para afastar as funções públicas. ” (LIPOVETSKY, 2000. p. 213).

A partir dos anos Sessenta, inaugura-se um novo ciclo: o denominado pós-moderno, que caracteriza a pós-mulher do lar. O ideal de "fada do lar" não tem mais unanimidade e ampliam-se as publicações a respeito do descontentamento e das frustrações, além da meritocracia da vida. Entre as correntes feministas, o questionamento é generalizado, aumenta-se a pressão acerca do assunto, e a ideia da mulher condicionada à esfera doméstica é alterada pela opinião pública, modificando-se o reconhecimento social das mulheres.

A nova cultura de trabalho fez com que a mulher abrangesse uma identidade profissional que a levasse a uma concorrência direta pelos espaços anteriormente masculinos. Assim, firma-se uma marca para a pós-mulher do lar, fazendo, também, transformações nas formas de trabalho e adaptações, passando de uma cultura hostil para uma cultura favorável ao público feminino, sem evoluir, no entanto, na questão da igualdade salarial. As mulheres são também beneficiadas com mais condições de acesso e abertura à vida social, autonomia e lazer, no qual legitimaram o desejo de poderem viver para si. “O reconhecimento social do trabalho feminino traduz o reconhecimento do direito a uma vida sua. ” (LIPOVETSKY, 2000. p. 228).

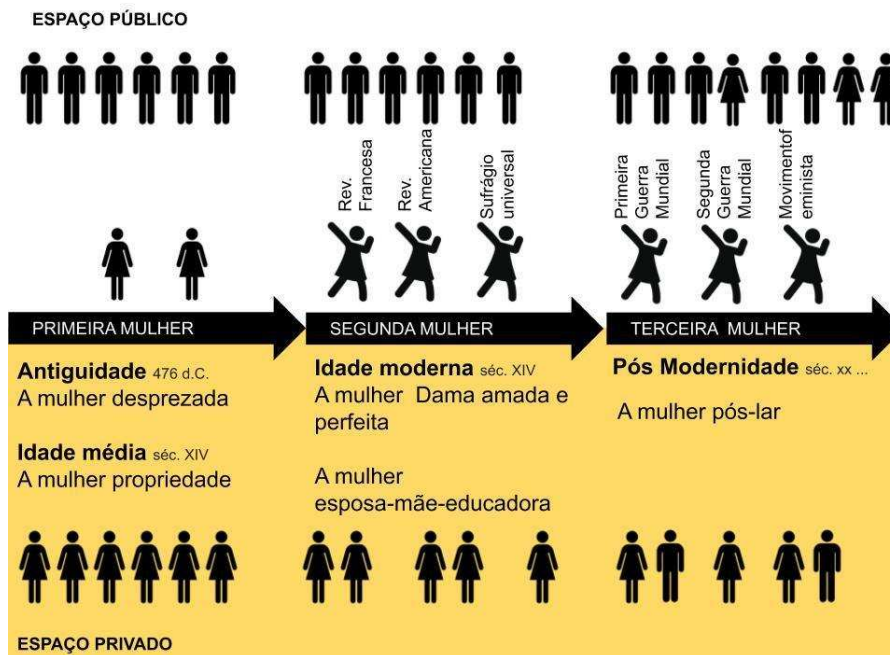
Para Lipovetsky, então, a terceira mulher é caracterizada por essa pós-mulher do lar, ao considerar a "ruptura histórica na maneira pela qual é construída a identidade feminina, e bem como a relação entre os sexos" (LIPOVETSKY, 2000. p. 231).

Essa nova dinâmica pós-moderna conta com avanços para o público feminino, mas está longe da homogeneização dos papéis de gênero, persistindo a ideia de que a responsabilidade doméstica é de exclusividade das mulheres.

Ao longo de todos os períodos históricos analisados, apresenta-se a dualidade entre os gêneros e seus papéis desempenhados na construção das determinações políticas e na condição da vida coletiva. Percebe-se uma repetição de padrão e de disputa pelo uso do território. A cada momento histórico são dadas à mulher conquistas na sua imagem e margem de atuação, mas praticamente em todas as épocas, o seu espaço e papel está condicionado a partir da determinação dos homens.

2.2. É PRECISO PRIORIZAR OS SUJEITOS NÃO HEGEMÔNICOS.

Figura 01 – Diagrama síntese da relação histórica das mulheres com espaço público e privado, segundo Lipovestky.



Fonte: SARMENTO, 2017

No marco descrito, “tornar visível a diferença é o primeiro passo para a construção de uma ordem simbólica diferente em que as mulheres possam se expressar a partir de sua experiência de vida.” (MONTANER e MUXI, 2014, p. 199).

Ao longo do período histórico, observa-se o homem como ser universalizante da narrativa. De facto, os relatos conhecidos atualmente na sociedade, são baseados em discursos masculinos, no qual as mulheres não se reconhecem. Elas sempre estiveram presentes no espaço público, porém, invisibilizadas na história.

Analisando o esquema acima (figura 01), entende-se que a participação das mulheres no desenho e nas transformações do espaço público é recente. Mais precisamente, esse momento de participação pública ativa encontra-se a partir da metade do século XX, quando elas avançam em seus postos de trabalho e passam a frequentar as universidades, influenciando o campo profissional e do conhecimento.

No campo da Arquitetura e Urbanismo, Gonzaga destaca que em 1970, mulheres francesas envolvidas nas questões do planejamento da cidade, desenvolveram uma discussão sobre as mulheres e a cidade, o que resultou na “Carta Europeia das Mulheres na a Cidade” (LA CHARTE EUROPEENNE DES FEMMES DANS LA CITE, 1995), documento histórico reivindicando o direito ao acesso à cidade.

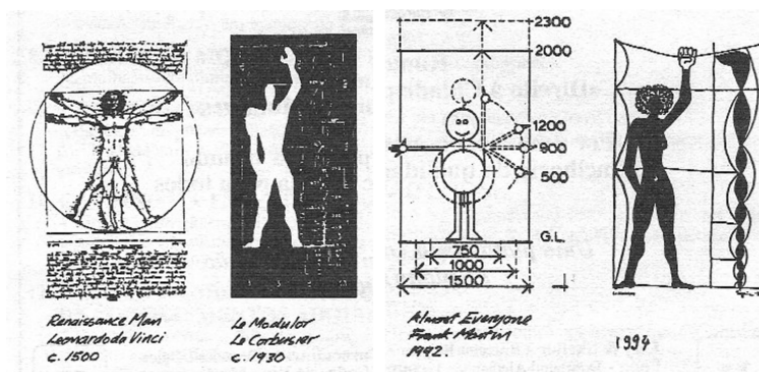
Nessa fase, o pensamento do feminismo materialista na prática da arquitetura, ao identificar o trabalho como opressão, influenciou e modificou a realidade dos espaços, e com isso começam a surgir novos programas arquitetônicos para a cidade, como as casas coletivas com equipamentos comuns, com lavanderia, cozinhas, berçários e equipamentos que dariam suporte ao cotidiano das mulheres diante da sua nova jornada produtiva.

Anunciando-se que ao se construir uma metodologia feminista, considerando a diversidade e acesso a todos, permitir-se-ia buscar novas soluções, indo além da imaginação e determinação do pensamento masculino para a arquitetura, tornando possível a compreensão mais subjetiva a partir de uma perspectiva feminina.

Em contrapartida, os homens ainda são detentores do poder econômico: são eles os responsáveis pelo planejamento das cidades e pela perpetuação de espaços públicos que discriminam certos usuários.

O urbanismo Moderno generaliza o sujeito dominante como padrão, assim, outros atores não são levados em conta, nem parece existir uma preocupação sobre outros olhares ou outras formas de se viver a cidade. Entende-se que “em grande parte, a cidade é planejada para um homem (papel de gênero, não de sexo) de média idade, em plenas condições físicas, com um trabalho estável e bem remunerado que lhe permite ter carro privado e com uma esposa que o aguarda em casa com tudo feito e preparado [...]” (MONTANER e MUXI, 2014, p. 207)

Figura 02 – Esquema gráfico de um novo modulator feminino, proposto na Carta Europeia das Mulheres na Cidade



Fonte: Carta Europeia das Mulheres na Cidade, 1995, apud GONZAGA, 2004

Para se reverter a dualidade entre a casa e a cidade na vida feminina na sociedade contemporânea, é importante reavaliar os mecanismos que concebem os espaços urbanos para esse sujeito universalizado, referenciado a partir dos padrões dominantes masculinos. É importante também entender, dentro da mesma lógica, que as mulheres tampouco consistem em um conjunto homogêneo, e que as assimetrias entre os seus diversos subgrupos são causadas por intersecções com outras chaves para além do gênero.

(...) uma análise das relações de gênero que não problematize o modo como as desigualdades de classe e de raça conformam o gênero, posicionando diferentemente as mulheres nas relações de poder e estabelecendo hierarquias entre elas, pode colaborar para suspender a validade de experiências e interesses de muitas mulheres. Seu potencial analítico assim como seu potencial transformador são, portanto, reduzidos. (BIROLI; MIGUEL, 2015, p.27)

Assim, a garantia da cidadania plena às mulheres não depende somente de nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige igualmente a superação de ideologias

complementares desse sistema de opressão, como o racismo. (CARNEIRO, 2013)

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc., até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos "habitacionais" (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...) No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. (GONZÁLEZ, 1979, apud GONZÁLEZ, 1984, p. 232)

É também importante destacar que, no contexto brasileiro e latino-americano, a jornada de emancipação econômica feminina teve classe e cor: as mulheres brancas mais abastadas alcançaram maior independência a partir da exploração do trabalho doméstico de mulheres negras e pobres.

(...) o feminismo latino-americano perde muito de sua força quando se abstrai de um fato de realidade da maior importância: a natureza multirracial e pluricultural das sociedades da região. Tratar, por exemplo, a divisão sexual do trabalho sem articulá-la com o correspondente a nível racial, é recair sobre um tipo de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco. Falar da opressão das mulheres latino-americanas é falar de uma generalidade que esconde, enfatiza, que tira da cena a dura realidade de milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas. (GONZÁLEZ, 2018, p. 310)

Em meados da década de setenta, as mulheres negras cunharam o conceito de interseccionalidade, ao não se sentirem representadas no movimento negro, onde eram vítimas de sexismo, nem no movimento feminista, pautado principalmente pelas demandas de mulheres brancas.

Um caso emblemático dessa sobreposição de opressões foi um processo cunhado nos Estados Unidos contra a fábrica General Motors (GM) por um grupo de mulheres afro-americanas. A empresa contratava homens brancos para as linhas de montagem e mulheres brancas para o atendimento ao público, mas as candidatas negras não se enquadravam no perfil esperado para nenhuma das lotações. A corte norte-americana, alegando que o julgamento de denúncias de racismo e sexismo simultaneamente seria uma concessão de privilégios a essas mulheres, desmembrou o processo em duas vertentes.

Essa desagregação fez com que a fábrica se saísse impune, argumentando não adotar práticas racistas por possuir funcionários negros e não ter políticas de discriminação de gênero, ao ter várias mulheres contratadas. Na verdade, o júri desconsiderou que a própria necessidade dessa combinação era,

pelo contrário, reflexo de uma intersecção de vulnerabilidades à qual os homens negros e as mulheres brancas não estavam sujeitos.

No final do século XX, os estudos feministas começaram então a abarcar o conceito de lugar de fala e a compreender as pautas de gênero para além de problemáticas binárias e unidimensionais, e sim como problemas complexos e multicausados que, por consequência, requerem soluções também complexas e pluridimensionais.

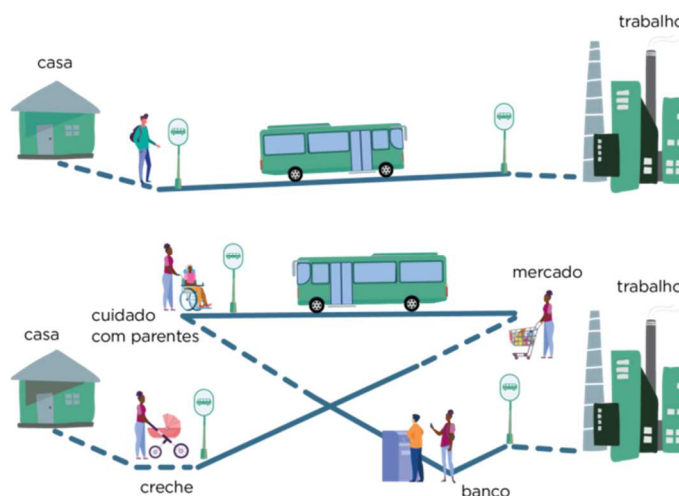
Autoras feministas contemporâneas de diversas vertentes como a jurista negra Kimberlé Crenshaw, responsável pela conceituação da interseccionalidade na década de 90, e a filósofa pós-estruturalista branca Sandra Harding, convergem no entendimento de que tanto a ciência como as políticas públicas serão menos parciais e mais assertivas ao considerarem a perspectiva dos grupos mais vulnerabilizados, e não a do grupo dominante. “*Start thought from marginalized lives*” (HARDING, 1993, p. 50). “*When they enter, we all enter.*” (CRENSHAW, 1989, p. 167).

2.3 CIDADES INCLUSIVAS PARA AS MULHERES: CONDIÇÕES E DESAFIOS PARA CIDADE CONTEMPORÂNEA.

Nas últimas décadas, no momento em que se amplia a participação das mulheres no mercado de trabalho, na política, e à medida que se diminui sua reclusão à esfera privada, há uma gradual mudança do quadro da hegemonia masculina e branca. Dois fenômenos influenciam essa questão: por um lado, a mudança no estilo de vida das famílias e, por outro, as regras para o uso da cidade que supõem que todos os espaços são aparentemente acessíveis a todos. Dessa forma, podemos considerar que o uso do espaço público pelas mulheres é um fenômeno recente na história, mas junto a ele, cabe discutir como acontece a relação com o espaço privado, uma vez que as mudanças de comportamento apontam para novas estruturas de família e relações de tempo e espaço.

Portanto, o fato de um espaço ser arquitetonicamente acessível não determina que ele seja seguro para as mulheres, mesmo sendo um espaço público ou privado. Ressalta-se nesse pensamento o problema da violência doméstica, que ronda o contexto habitacional, no qual, o fato de as mulheres não deterem a posse da propriedade ou condições financeiras de sustentar a família faz com que elas acabem se sujeitando à violência em seu universo privado. Essa questão é levantada por Gonzaga, ao chamar atenção a essa realidade da violência contra a mulher e à importância do surgimento dos espaços das Delegacias de Defesa da Mulher, com finalidade de amparo às vítimas da violência sexual e familiar que vem sendo revelada na cena das cidades.

As mulheres vivem a cidade diferentemente dos homens, uma vez que são elas, em sua maioria, responsáveis pelo trabalho produtivo e reprodutivo da família. Com o acúmulo dessas responsabilidades, além do fato da sobrecarga de afazeres, seus percursos e trajetos na cidade são mais diversificados, o que faz com que o desenho da cidade racionalista projetada para o fluxo produtivo e com prioridade ao uso dos carros, não atenda suas necessidades cotidianas. Assim, elas enfrentam uma série de dificuldades na mobilidade urbana.

Figura 03 – Diferença entre padrões de mobilidade de homens e mulheres

Fonte: ITDP Brasil, 2021, p.5

Nesse âmbito, pode-se citar a falta de qualidade dos transportes públicos, que seguem rotas diretas e desconsideram os deslocamentos alternativos das mulheres, que muitas vezes aproveitam o caminho de casa para fazer compras, por exemplo, ou buscar os filhos na escola. São situações que contribuem para ampliar as distâncias entre o trabalho e a casa, trazendo conflitos para as questões de mobilidade urbana, que requerem um grande esforço por parte das mulheres, considerando que os horários e a infraestrutura de transporte coletivo são insuficientes para atender à demanda de uma grande parte da população, formada por jovens, mulheres, crianças e idosos.

Sobre a percepção de segurança, Gonzaga afirma que, para a mulher, longos percursos na cidade significam mais do que meras distâncias: implicam em um tempo maior de exposição nos espaços de vulnerabilidade, principalmente em regiões com imóveis abandonados, terrenos vazios e esquinas cegas. Além de restringir a mobilidade em determinados horários, expondo-se a um risco maior, as mulheres que precisam se deslocar em horários noturnos ficam mais expostas ao perigo. Uma percentagem de 97% das entrevistadas pela Pesquisa Segurança das mulheres no transporte¹ (Instituto Patrícia Galvão/Locomotiva, 2019) afirmou ter sido vítima de assédio em meios de transporte e um número de 71% conhece alguma mulher que já sofreu assédio em espaço público.

Há de se considerar também os problemas de acessibilidade nas calçadas, que não possuem condições de passagem para carrinhos de bebês, carrinhos de compras e cadeiras de rodas. Além disso, a iluminação das ruas é insuficiente, o que torna a caminhabilidade um risco à integridade física e mental das pedestres.

Nesse caso, os investimentos em iluminação pública, cuidado com espaços vazios e a disponibilização de mais linhas de ônibus e menores

¹ Segurança das mulheres no transporte, acessado em 19/01/2020, disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/seguranca-das-mulheres-no-transporte-instituto-patricia-galvao-locomotiva-2019/>

distâncias entre os pontos de embarque e desembarque são medidas simples que podem facilitar e garantir mais proteção ao cotidiano das mulheres na cidade.

Com esses exemplos, é possível constatar que as mulheres vivenciam a cidade de uma maneira diferente que os homens. Gonzaga considera que a inserção na trama das relações sociais de gênero constitui uma questão cultural que se constrói no processo histórico da humanidade e que demonstra que o fato de alguém ser mulher, com as imposições e encargos recebidos da sociedade, interfere em sua mobilidade e acessibilidade e na utilização do espaço público e privado (Gonzaga, 2004).

Assim, pode-se concluir que, ao não se considerar os interesses e necessidades das mulheres em intervenções na estrutura urbana, comete-se um grave erro com sérias consequências sociais. Complementando a defesa de Gonzaga, a arquiteta Paula Freire Santoro destaca a seguinte questão:

As mulheres são sensíveis aos lugares abandonados (por questões de segurança, que por muitas vezes significavam uma ameaça maior a elas do que aos homens); à necessidade de lazer dos filhos, ao transporte com qualidade e em quantidade suficiente para garantir seu espaço dentro do espaço coletivo. (SANTORO, 2008, p.04)

O fato de não se investir nas soluções para as demandas das mulheres significa que, apesar da inserção massiva desse grupo no mercado de trabalho e no espaço público, a cidade não se preparou para recebê-las. O quadro agrava-se quando envolve as mulheres negras, de baixa renda, com baixo nível de escolaridade e aquelas que têm tripla jornada de trabalho, como é o caso das que se encontram em situação de maternidade e sofrem com a falta de infraestrutura de creches para receber seus filhos em tempo integral.

Mulheres negras e mulheres com baixa renda são as que mais sofrem os efeitos negativos da “neutralização” da mobilidade. Elas vivenciam diferentes aspectos de desigualdade em relação aos homens em geral, mas também em relação às mulheres brancas e mulheres mais ricas; são as mais prejudicadas pela baixa oferta de transportes nas áreas onde moram e ficam mais vulneráveis aos riscos da violência e da exclusão social. (ITDP Brasil, 2021, p.3)

Essas limitações de acesso e direito à cidade ferem o direito à cidadania, pois impedem a mulher de se desenvolver e avançar no mapa mental de equidade para as cidades do século XXI. Cabe atualizar os dados sobre a condição da exclusão urbana e como essa realidade afeta as mulheres. Segundo dados da PNAD/IBGE², o número de mulheres chefes de família passou de 1 milhão, em 2001, para 6,8 milhões, em 2015 (alta de 551%). No caso dos casais sem filhos, o crescimento foi ainda maior, de 339 mil para 3,1 milhões (alta de 822%). A Síntese de Indicadores Sociais³ (SIS) do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) aponta que 56,9% das mulheres que sustentam a

² Pesquisa Nacional de amostra por domicílio, acesso em 19/01/2020

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>

³ Síntese de Indicadores sociais do Brasil, acesso em 19/01/2020

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>

casa e têm filhos de até 14 anos estão abaixo da linha da pobreza. Dentre essas, 64,4% das mães são negras.

Outro fato a se destacar é que muitas dessas mulheres enfrentam o quadro de desigualdade sozinhas: 5,5 milhões de brasileiros/as não têm o nome do pai no registro de nascimento, segundo Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base no Censo Escolar de 2012⁴, o que aponta para a centralidade da presença feminina e para a omissão paterna na educação e no sustento dos filhos.

Aqui cabe uma reflexão sobre o papel das arquitetas e urbanistas na transformação dos espaços de vivência e convivência. Assim como na década de 70 profissionais da área de planejamento e movimento sociais se incumbiram de um movimento por mudanças na cidade à luz da perspectiva de gênero e feminista, hoje no Brasil temos, conforme dados do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)⁵, uma prevalência de arquitetas e urbanistas mulheres.

Levantamentos do conselho⁶ revelam que elas representam 64,57% do total de profissionais em atividade, contra 35,43% de homens, tendência que vem crescendo ao longo das décadas, havendo predominância feminina entre os membros mais jovens da profissão. Na faixa de até 29 anos, as mulheres chegam a representar 76% dos profissionais ativos. Os homens são maioria apenas a partir da faixa de 60 a 69 anos, na qual representam 51% do total. A maioria dos arquitetos e urbanistas no Brasil é composta, portanto, por mulheres jovens.

Figura 04 – distribuição de arquitetos e arquitetas e urbanistas por gênero e faixa etária

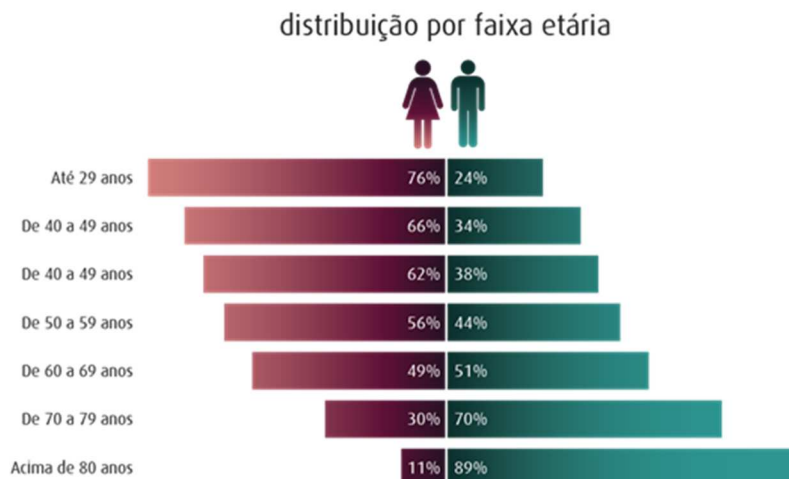
⁴ Censo escolar 2012, acesso em 19/01/2020

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf

⁵ Dashboard da Coordenadoria de Geotecnologia do CAU/BR, acesso em 05/12/2021

<https://gisserver.caubr.gov.br/arcgis/apps/opdsdashboard/index.html#/c2086276712b4b31823a384a0daf586f>

⁶ <https://caubr.gov.br/dia-da-mulher-participacao-das-mulheres-arquitetas-e-urbanistas-cresce-a-cada-ano2/>, acesso em 05/12/2021



Fonte: CAU/BR, 2021.

Diante desse cenário, o CAU/BR tem provocado algumas ações para ampliar a reflexão sobre o papel das arquitetas e urbanistas no desenvolvimento das cidades e na atuação profissional. Desde a criação da Comissão Temporária de Equidade de Gênero (CTEG) em maio de 2019, que se seguiu pela Comissão Temporária de Política para a Equidade de Gênero (CTPEG) e, atualmente, pela Comissão Temporária de Raça, Equidade e Diversidade (CTRED), busca-se, além de se trabalhar o tema da representatividade, a expansão do diálogo interseccional sobre o direito das mulheres à cidade.

Cabe aqui destacar o papel estratégico dessas comissões, através de seus planos de trabalho⁷, para a instrumentalização do compromisso assumido pelo CAU/BR pela Deliberação Plenária DPOBR n^o 0076-01⁸, de 22 de março de 2018, de promover a equidade de gênero em todas as suas instâncias organizacionais e em seu relacionamento com a sociedade, seguindo os Princípios de Empoderamento Feminino definidos pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e a ONU Mulheres.

Essa agenda havia sido indiretamente construída a partir da DPOBR N^o 0058-011⁹, de 23 de setembro de 2016, que aprovou a Carta Compromisso do CAU/BR com a Nova Agenda Urbana, aprovada durante o Habitat III (Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável), que tem como uma de suas recomendações o enfrentamento às múltiplas formas de discriminação enfrentadas por mulheres e meninas, crianças e jovens, pessoas LGBTQIA+, e que tenham reflexos nos ambientes edificados e em suas respectivas instâncias de planejamento e gestão.

As ações em cima mencionadas, que culminaram na aprovação da Política do CAU para a Equidade de Gênero¹⁰, podem-se considerar um marco

⁷ CTEG: <https://transparencia.caubr.gov.br/deliberacaoplenaria-dpobr-0089-11>, acesso em 05/12/2021
CTPEG: <https://transparencia.caubr.gov.br/deliberacao-plenaria-dpebr-0011-06a/>, acesso em 05/12/2021
CTRED: <https://transparencia.caubr.gov.br/deliberacao-plenaria-dpobr-0115-02/>, acesso em 05/12/2021

⁸ <https://transparencia.caubr.gov.br/deliberacaoplenaria-dpobr-0076-01>, acesso em 05/12/2021

⁹ <https://transparencia.caubr.gov.br/deliberacaoplenaria-dpobr-0058-11>, acesso em 05/12/2021

¹⁰ <https://www.caubr.gov.br/equidade/wp-content/uploads/2021/03/politica-do-cau-para-a-equidade-de-genero-8-compactado.pdf>, acesso em 05/12/2021

histórico para o planejamento urbano brasileiro e para a luta das mulheres, uma vez que o CAU, enquanto regulador nacional da Arquitetura e Urbanismo e órgão público responsável pelo aperfeiçoamento da profissão, tem capilaridade em todo o território nacional e cria canais de diálogo diretos com demais entidades de Arquitetura e Urbanismo e com atores estratégicos da sociedade. Considerando que os compromissos do CAU devem ser voltados à sociedade como um todo, e não apenas aos arquitetos às arquitetas e urbanistas, os trabalhos previstos pelas Comissões instituídas buscaram e buscam problematizar questões internas e externas que inter-relacionem e interseccionem a arquitetura, o urbanismo e gênero em todas as esferas sociais.

Figura 05 – Eixos da Política do CAU para a Equidade de Gênero

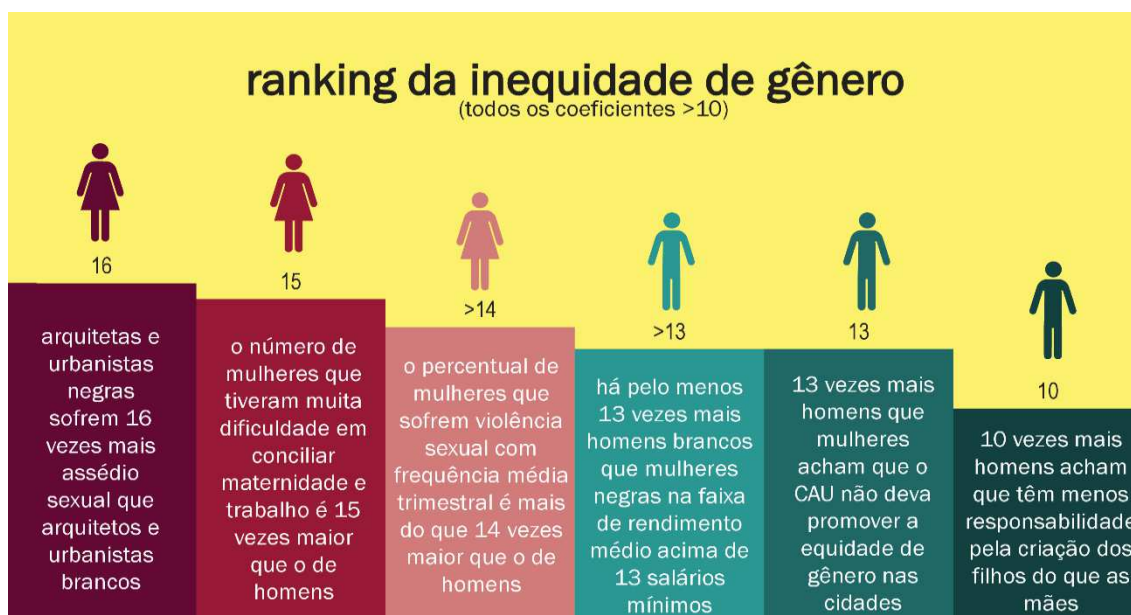


Fonte: <https://www.caubr.gov.br/equidade/wp-content/uploads/2021/03/politica-do-cau-para-a-equidade-de-genero-8-compactado.pdf>

Um importante balizador das ações do conselho foi o 1º Diagnóstico ‘Gênero na Arquitetura e Urbanismo’, promovido entre julho de 2019 e fevereiro de 2020, que apontou que:

- As mulheres negras e as mulheres com filhos, principalmente na primeira infância, fazem parte do grupo de profissionais que encontram maiores obstáculos ao longo da carreira;
- Os índices de assédio e violência sexual contra as mulheres na profissão devem ser objeto de uma política corretiva;
- Mesmo as gerações mais novas de profissionais ainda vivenciam inequidades e percebem uma necessidade por uma divisão mais equilibrada dos trabalhos (remunerados ou não) entre homens e mulheres; e
- Grande parte dos homens ainda deve ser sensibilizada para a importância da promoção equidade de gênero na profissão e nas cidades. (CAU/BR, 2020)

Figura 06 – maiores coeficientes de inequidade do 1º Diagnóstico ‘Gênero na Arquitetura e Urbanismo’



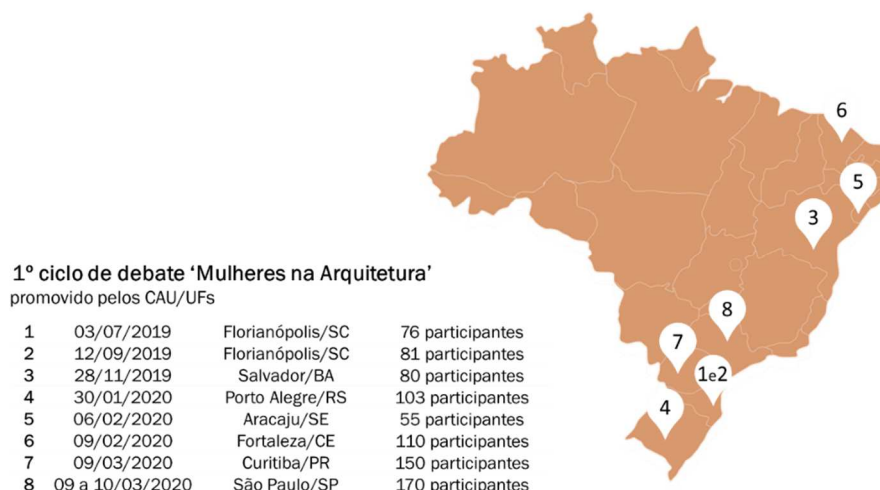
Fonte: (CAU/BR, 2020)

Entre os projetos desenvolvidos em paralelo, cabe destacar a realização do “1º Ciclo de Debates Mulheres na Arquitetura - Cidades inclusivas para as mulheres”¹¹, em parceria com os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UFs), bem como do Colegiado das Entidades Nacionais de Arquitetura e Urbanismo (CEAU). O projeto compreendeu a promoção de 8 etapas, entre 3/7/2019 e 10/3/2020, nos estados de Santa Catarina, Bahia, Rio Grande do Sul, Sergipe, Ceará, Paraná e São Paulo, com a participação de mais de 800 pessoas. Em março de 2021, foi lançado o 2º Ciclo a partir do evento “Mulheres: da casa à cidade – Direitos e Cidadania em tempos de pandemia”¹², promovido junto à Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados. Diferentemente do primeiro ciclo, que teve como objetivo a construção da Política do CAU para a Equidade de Gênero, nessa nova rodada que se encerrará em março de 2022, o desafio posto pelo conselho é traçar um projeto de ação para implementar essas diretrizes.

Figura 07 – 1º Ciclo de Debates ‘Mulheres na Arquitetura’

¹¹ <https://caubr.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/Minuta-Relatorio-do-1o-Ciclo-De-Debates-Mulheres-Na-Arquitetura-R02.pdf>, acesso em 05/12/2021

¹² <https://www.caubr.gov.br/cobertura-completa-ii-ciclo-de-debates-cidades-inclusivas-para-mulheres/>, acesso em 05/12/2021



Fonte: <https://www.caubr.gov.br/equidade/>

Finalmente, como parte do reconhecimento das inequidades entre homens e mulheres na profissão, o CAU instituiu, por meio da Resolução nº 194, de 25 de setembro de 2020¹³ o Dia Nacional da Mulher Arquiteta e Urbanista, comemorado no dia 31 de julho, em complementação ao Dia Nacional do Arquiteto e Urbanista, celebrado em 15 de dezembro.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, diante de toda assimetria de interpretações e linguagens, os homens e as mulheres constroem-se socialmente e estabelecem-se nos territórios, como por exemplo, na caça, na coleta, na amamentação, na procriação e no trabalho. Os homens foram ensinados a serem detentores do poder, buscando no espaço externo sua arena de expressão, enquanto as mulheres aprenderam a se comunicar e articular nas escalas privadas. Tendo a linguagem como instrumento, elas transmitem de geração em geração o aperfeiçoamento de suas redes a partir de suas percepções do cuidado, que devem ser ressignificadas e compartilhadas diante de novas necessidades de adaptações.

Em consequência do poder conferido aos homens, a história do mundo foi contada a partir de uma perspectiva masculina, o que revela que, nas disputas territoriais, as mulheres foram submetidas à determinação da autoridade patriarcal, não se sentindo pertencentes a essa narrativa.

Ao se distinguir as influências das esferas públicas e privadas no cotidiano urbano e compreender as diferenças das relações sociais entre homens e mulheres, nas quais o mundo público - econômico e político - cabe aos homens e o mundo privado - íntimo e doméstico - cabe às mulheres, pode-se afirmar que a cidade é sexualizada. Em função dessa divisão, Calió chama atenção para a "invisibilização" das mulheres na multidão urbana. "Elas estão lá, importantes para o cenário, mas insignificantes para a cena." (CALIÓ, 1991, p. 04).

¹³ <https://transparencia.caubr.gov.br/resolucao194/>, acesso em 14/12/2021

Outro ponto que se destaca neste debate é a suposta neutralidade do espaço urbano a partir do pressuposto de atender um sujeito universal. Assim, ao se adotar um referencial generalizado, delineado a partir de uma perspectiva masculina, a cidade atenderia as especificidades da vida cotidiana de todos? Muxi (2012) defende que a universalidade esconde o verdadeiro sujeito de direito, uma vez que tem critérios desenvolvidos a partir da referência do mundo público, com a participação no mercado e os espaços atribuídos aos homens, e não inclui o espaço doméstico, definido como feminino e onde as atividades da função reprodutiva acontecem. Dessa forma, conclui-se que essa neutralidade é uma falácia.

Entende-se que a partir da necessidade e dos direitos de todas as pessoas para as quais a cidade deveria ser pensada, é preciso compreender a diversidade e as especificidades que existem entre homens e mulheres (assim como entre os homens; e entre as mulheres), ao utilizar a cidade e desenvolverem atividades produtivas e reprodutivas. Esse fato aponta para a importância de conhecer suas distintas experiências ao planejar espaços públicos para garantir acesso igualitário à cidade e à cidadania. Aspectos como o uso do solo, mobilidade, limites, visibilidade e iluminação são variáveis que devem ser levadas em conta, de acordo também com as diversas perspectivas e vivências das mulheres.

Muxi ainda ressalta que é preciso olhar a cidade como um todo, numa escala distante e nas especificidades das operações diárias, para poder compreendê-la como uma rede, e, com isso, considerar aspectos da demanda diária das pessoas como critério de concepção de soluções seguras, que garantam vitalidade e qualidade para o desenvolvimento da vida na cidade e que permitam satisfazer as necessidades diárias de todos. (MUXI, 2012).

Nessa esteira, a ação apresentada pelo Conselho de Arquitetura do Brasil com a intenção de operacionalizar a Política do CAU para a Equidade de Gênero e orientar o debate sobre a necessidade de termos cidades mais inclusivas para as mulheres, pode ser considerado um passo importante para o avanço das lutas das mulheres pelo direito à cidade e com isso tornar as cidades acessível a todas as pessoas.

Dessa forma, o desafio que se coloca para o século XXI é que essa disputa ou entendimento de território precisa de uma urgente revisão, e isso exige aprofundamentos sobre a realidade contemporânea, considerando sua complexidade social, econômica e ambiental, além de todas as tensões e opressões determinadas por relações de classe, gênero, raça, entre outros. Para a garantia da presença e do usufruto das mulheres na promoção do direito à cidade, é preciso pensar em estruturas que tenham como base a inclusão e a diversidade e que possam delinear novos modelos urbanos. Assim, as raízes predominantes na sociedade, que se expressam no espaço da cidade, anunciam a necessidade da desconstrução dos processos de exclusão e marginalização, visando novas alternativas e possibilidades de fomento à equidade, à diversidade, à participação e à sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 20, n. 2, p. 27, 25 dez. 2015.

CALIÓ, Sônia Alves. *Relação de gênero nas cidades: uma contribuição do pensamento feminista à geografia humana*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Geledés, 2013

CAU/BR. 1º Diagnóstico Gênero na Arquitetura e Urbanismo. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), 2020. Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/diagnostico-revela-o-perfil-da-desigualdade-de-genero-na-arquitetura-e-urbanismo/>>. Acesso em: 13 ago. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Policies. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1990.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e a política dos comuns. In: Buarque de Hollanda, Heloisa. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. *A cidade e a arquitetura também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero*. São Paulo: Annablume, 2004.

GONZÁLEZ, Lélia. O papel da mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem políticoeconômica. In: *Spring Symposium the Political Economy of the Black World*, Center for AfroAmerican Studies. Los Angeles: UCLA, 10-12 de maio de 1979 (mimeo), p.03.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*. Anpocs. p.223-244. 1984.

_____. Por um feminismo afrolatinoamericano, in: Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras, São Paulo: UCPA Editora, 2018.

HARDING, Sandra. Rethinking Standpoint Epistemology What Is Strong Objectivity. In: Alcoff, Linda e Potter, Elizabeth. *Feminist Epistemologies*, 1993.

HEYWOOD, Andrew. *Ideologias políticas*. São Paulo : Ática, 2012. 2v, il.

ITDP, Instituto de Políticas de Transporte & Desenvolvimento. Boletim #8 Mobilizados : a ilusão da mobilidade padrão, 2021. Disponível em: https://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2021/04/Boletim_8_A_Ilusao_da_Mobilidade.pdf. Acesso em 05/12/2021.

LIPOVETSKY, Gilles. A terceira mulher: permanência e revolução do feminino. São Paulo : Companhia das Letras, 2000. 339 p.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ MARTINEZ, Zaida. Arquitetura e política. Ensaios para mundos alternativos. 1ª, São Paulo, Gustavo Gili, 2014.

MUXI, Zaida. Mujeres Públicas. In: VALDIVIA, Blanca Gutiérrez; CIACOLETTO, Adriana. Estudios urbanos, género y feminismo: Teoría e experiencias. Barcelona: Coletiu Punt 6, 2012. Disponível em: <https://issuu.com/punt6/docs/publicaciondefinitivaestudiosurbano>. Acesso em 19/01/2020.

PERROT, Michelle; BRESCIANI, Maria Stella Martins. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988. 332p, il.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (org) História da cidadania. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 264-309.

PINSKY, Carla Bassanezi; DEL PRIORE, Mary. História das mulheres no Brasil. São Paulo : Contexto : Ed. da UNESP, 1997. 678 p, il.

RISÉRIO, Antônio. Mulher, Casa e cidade. São Paulo. p. 34, 2015.

SANTORO, Paula. Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. Encontro Nacional de Estudos Populacionais (pp. 1-16). Caxambu: Unicamp, 2008.

SARMENTO, Daniela Pareja Garcia. A participação da mulher na construção da cidade contemporânea: contribuições para um novo modelo de planejamento urbano em Blumenau/SC. 2017. 154 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2017. Disponível em: http://www.bc.furb.br/docs/DS/2017/362562_1_1.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2018.